

Associativismo, Profissões e Políticas Públicas
III Seminário Nacional de Trabalho e Gênero

**Sessão Temática: Gênero, Reestruturação e Precarização nas
Relações de Trabalho**

O Setor Informal e a Transferência de Renda

Autor: Diogo Roberto Fuhrmann¹

¹ Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Goiás (2005/2008) e Pós Graduado em Economia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2009/2011);
diogofuhrmann@hotmail.com

RESUMO: O artigo tem como pano de fundo as transformações ocorridas no mundo do trabalho, dadas as mudanças no processo de produção do capitalismo e a abertura da economia com o liberalismo econômico, que resultaram em uma crise do fordismo e na consolidação de novas tendências no mercado de trabalho. Assim, por meio da análise das relações de três segmentos do sistema econômico (Estado, Sociedade e Setor Informal), busca-se averiguar o processo de transferência de renda do conjunto da sociedade para a informalidade através do Governo, tendo o Mercado Aberto da região central de Goiânia como unidade de análise. Com isso, ficou evidenciado que essa transferência de renda é percebida através de três formas, que são: primeiro, a partir da “renúncia fiscal”; segundo, quando os informais ocupam espaços públicos; e terceiro, quando o poder público cede espaços para os mesmos. Concluí-se, ao final, que o Estado não teve condições de manter políticas públicas e passou a apoiar essas atividades alternativas, como meio de garantir renda. Argumenta-se, ainda, que essa apropriação feita de parte da renda da sociedade pelo setor informal é uma maneira utilizada pelo Governo de incorporá-los ao sistema econômico vigente.

Palavras Chave: Estado; Setor Informal; e Transferência de Renda.

1 Introdução

O artigo possui como objetivo central investigar a transferência de renda que ocorre do conjunto da sociedade para o setor informal por via do Governo. Para tanto, a análise passa pelos aspectos que possibilitam essa apropriação e, ainda, pelos motivos que fazem o Estado apoiar esse segmento dando garantias para manutenção de suas atividades. Nesse intuito, verifica-se ainda, a causa da convivência do Governo neste processo, pois essa parcela da riqueza gerada na sociedade é transferida para o setor informal de maneira espontânea e/ou por pressão da população.

No primeiro tópico, o objetiva-se investigar os efeitos dos momentos de crise do capitalismo e os processos de reestruturação da produção. Tais processos são vistos como novas alternativas para organizar a produção e para manter ou elevar as taxas de lucratividade do capital, sendo que as novas tecnologias e as novas formas de gerenciamento são fundamentais para o seu desenvolvimento e ajuste. Assim, as formas de gerenciamento que são apresentadas na discussão são as empreendidas ao longo do século XX, que são: o Taylorismo, o Fordismo e o Toyotismo. Discute-se ainda, a relação existente entre o desemprego e a desestruturação dos mercados de trabalho e a relação destes com o processo de transição do modelo Taylorista/Fordista para o Toyotista. Para finalizar essa parte, o processo de reestruturação produtiva do Brasil e seus impactos na configuração do mercado de trabalho são investigados. Com isso, discute-se também, o aumento do desemprego no mercado de trabalho brasileiro e o crescimento da informalidade, bem como o processo de fluxo migratório para as cidades brasileiras e o crescimento do setor informal.

O segundo tópico procura contextualizar a economia goiana quanto o aparecimento e crescimento da informalidade, discutindo o processo de desenvolvimento da ocupação do Estado, os principais aspectos econômicos da economia que foram sendo criados e superados ao longo dos anos e, o processo de industrialização propriamente dito. Em seguida, analisa a economia informal do Estado e sua ampliação, bem como os fatores principais que atuaram para que tal fenômeno ocorresse, tais como: o aumento populacional vertiginoso, o desemprego estrutural, etc. Finaliza-se essa parte, ao mostrar o crescimento da informalidade em Goiânia e as principais feiras populares e camelódromos da cidade.

No terceiro tópico, ocorre primeiramente a discussão da grande pressão urbana proporcionada pelo crescimento da economia informal em Goiânia. Visto que, existe uma apropriação de parte da renda do conjunto da sociedade que não se verificaria espontaneamente, em razão do setor informal atuar de diferentes formas para se incorporar ao mercado. Aborda-se ainda, um caso concreto do custo da informalidade para a sociedade, através da análise do Projeto Mercado Aberto em Goiânia/GO, criado em 2003.

E, por fim, há apresentação dos motivos da convivência do Governo para com esse processo de transferência de renda.

2 Transformações Econômicas do Capitalismo, Reestruturações Produtivas e Desestruturação do Mercado de Trabalho no Mundo e no Brasil

Nessa parte, a abordagem é direcionada para as relações entre as crises do modo capitalista de produção e os processos de reestruturações produtivas, que, por sua vez, são originados para transpor esses períodos de dificuldades econômicas.

Essas reestruturações produtivas, ao longo de seu processo, podem ser analisadas como novas formas de organizar a produção, com o objetivo de manter ou de elevar as taxas de lucro do capital. Nesse sentido, é de suma importância o constante desenvolvimento de novas tecnologias e novas modalidades de gerenciamento para o desenvolvimento desses reajustes econômicos. As gerências científicas que mais se destacaram ao longo do século XX, foram: o Taylorismo¹, o Fordismo² e o Toyotismo³.

Desde a sua origem o capitalismo apresenta alternância de fases de intenso crescimento e acumulação de capital e de fases de crises conjunturais ou crises estruturais, ou ainda, as duas ao mesmo tempo. Porém, graças a sua versatilidade, o sistema capitalista sempre soube superar essas crises, uma vez que o sistema permite um “auto reajustamento”, ao utilizar os mais diferentes mecanismos de reajustes, com o objetivo de manter ou elevar as taxas de lucros e a acumulação do capital.

No início da década de 1970, ocorre uma das crises mais recentes do sistema capitalista, que foi iniciada com a crise do petróleo e, além disso, significou o fim do sistema Keynesiano de intervenção e regulação da economia pelos governos. Segundo Antunes: “Essa crise estrutural fez com que, entre tantas conseqüências, fosse implementado um amplo processo de reestruturação do capital, com vistas na recuperação do seu ciclo reprodutivo, que (...) afetou fortemente o mundo do trabalho” (Antunes, 2001: p. 35-36). Defende ainda que, a crise estrutural comprometeu a configuração dos mercados de trabalho, pois, como se percebe, o objetivo principal dessas reestruturações produtivas não é o trabalhador, mas sim, a manutenção do sistema capitalista sob a lógica da acumulação do capital.

¹ Definido como método de organização científica do trabalho que, por meio de uma racionalização da produção pela eliminação de tempos gastos desnecessariamente e supressão de movimentos supérfluos, busca um aperfeiçoamento da divisão do trabalho no interior da fábrica. Sendo seus princípios: a padronização dos produtos, dos processos e das necessidades; a especialização das competências e das funções; a sincronização dos horários; a centralização dos poderes e das informações; a concentração dos recursos, das atividades e das pessoas; e a tendência ao gigantismo das corporações.

² Consiste em introduzir a chamada linha de montagem, isto é, processo que permite que o trabalho se desloque até o operário em vez de o operário ir ao encontro do trabalho. Tal método disciplina o trabalhador, impondo-lhe o ritmo de trabalho desejado pelo patrão. A marca característica deste modelo é a produção em série de produtos homogêneos – produção em massa.

³ Modelo flexível de produção em resposta à crise capitalista de 1970. Destacava-se neste período o modelo japonês, originado na fábrica da Toyota e, que, por isto mesmo, levou o nome de Toyotismo. Apresentava elementos como: sistema de fornecimento just-in-time; maior autonomia na tomada de decisões; trabalho em equipe etc.

Ao longo da história do capitalismo ocidental existem três momentos de profundas transformações nos processos produtivos. O período da primeira Revolução Industrial é considerado o primeiro destes momentos de transformações, em razão de inaugurar a geração das empresas, da grande indústria, da maquinaria e da ampliação do trabalho assalariado.

Já, o período da ascensão dos modelos de acumulação rígidos é o segundo momento. Nesse período, o Taylorismo e o Fordismo se destacaram pela introdução da linha de montagem, do tempo cronometrado e do acirramento das divisões das atividades.

Antunes (2001) analisa que os modelos de acumulação rígidos não são modelos puros que se excluem ou se sucedem, ao contrário, para ele esses modelos atuam como complementares um para o outro no processo produtivo, pois “Esse processo produtivo caracterizou-se, portanto, pela mescla da produção em série fordista com o cronômetro Taylorista, além da vigência de uma separação nítida entre elaboração e execução” (Antunes, 2001: p. 37).

Destarte, os dois modelos juntos tinham por objetivo fazer com que o capitalismo superasse a crise do final do século XIX. Mas, Antunes verifica que tal padrão de produção começa a revelar dificuldades no final da década de 1960, pois a organização dos trabalhadores e o Estado do bem-estar social (*Welfare State*) diminuía a margem de lucro das empresas que enfrentavam a concorrência entre os grupos monopolistas. Então, era necessário modificar o *Welfare State*, para diminuir os custos relativos dos encargos sociais, e desmobilizar a classe trabalhadora sindicalizada, que ostentava salários elevados.

Com a crise no modo de produção capitalista no início da década de 1970, aparecem as novas transformações da produção que se apóiam nos chamados modelos flexíveis de produção ou modelos flexíveis de acumulação de capital. Nesse período, surge o terceiro momento de transformações no capitalismo, que possui como principal exemplo o Toyotismo – Modelo Japonês.

Esse modelo flexível de produção foi uma espécie de resposta para a crise capitalista da década de 1970, dadas às condições de concorrência intercapitalista e da própria necessidade de controlar as lutas sociais oriundas do mercado de trabalho.

O modelo japonês, originado na fábrica da Toyota, era o de mais destaque, pois apresentava os seguintes elementos segundo Castells:

“(…) sistema de fornecimento Kan-ban (ou *just-in-time*) (...); controle de qualidade total dos produtos ao longo do processo produtivo, (...); envolvimento dos trabalhadores no processo produtivo por meio de trabalho em equipe, iniciativa descentralizada, maior autonomia para a tomada de decisões no chão da fábrica, recompensa pelo desempenho das equipes e hierarquia horizontal, com poucos símbolos de *status* na vida diária da empresa” (Castells, 2003: p. 178).

Esses modelos flexíveis de produção apresentaram uma nova realidade, pois ao mesmo tempo em que surgem inovações tecnológicas e novas formas de gerenciamento, ocorrem conseqüências que prejudicam a estrutura do mercado de trabalho. A primeira dessas conseqüências é o aumento do desemprego estrutural. A segunda é quando acontece a desestruturação do mercado de trabalho, que, por sua vez, gera a desregulamentação dos direitos trabalhistas, a precarização das relações de trabalho e o enfraquecimento do sindicalismo de classe.

O caráter agressivo do atual processo de reajuste do sistema capitalista globalizado tem provocado problemas não somente nos países subdesenvolvidos, que possuem um mercado de trabalho mais ineficientemente regulado, mas também, nos países desenvolvidos, já que a informalidade se torna uma alternativa cada vez mais presente em alguns destes

países. O principal problema deste processo de reestruturação da produção é sem dúvida o aumento do desemprego estrutural, que é resultado de uma crise de longo prazo (LEAL 2000).

Paul Singer também observa que, o “(...) desemprego estrutural ocorre porque os que são vítimas da desindustrialização em geral não têm pronto acesso aos novos postos de trabalho” (Singer, 2003: p. 23). Assim, sinaliza a falta de qualificação técnica da maioria dos trabalhadores brasileiros, pois não possuem a capacidade de assimilação das novas tecnologias que são transplantadas. Singer relata ainda que, as vagas na indústria existem, mas os trabalhadores não estão qualificados para assumirem esses postos de trabalho devido as suas deficiências técnicas, e as empresas, por sua vez, preferem não ter custos de treinamento com esses trabalhadores e optam pelos trabalhadores já qualificados.

Outra consequência que atinge grande número de desempregados é a inserção na chamada “economia informal”. Com a reestruturação produtiva, os trabalhadores desempregados precisam sobreviver e, não tendo como vender a sua força de trabalho, são obrigados a buscar a sobrevivência na informalidade.

As estruturas das cidades estão sendo mudadas com esse processo, pois o crescimento desenfreado das atividades informais exige mais eficiência na tomada de decisões provenientes das políticas públicas. Contudo, essas políticas públicas apresentam dificuldades em atender as demandas crescentes da população, uma vez que há problemas relacionados com a falta de moradia, de educação, de saúde e, principalmente, de geração de empregos.

A economia brasileira não tem condições de gerar empregos a um nível que atenda o seu mercado de trabalho, dadas às consequências da reestruturação da produção e da abertura da economia ocorrida com o liberalismo econômico, o que ocasiona um crescimento cada vez maior do desemprego no país.

A utilização de novas tecnologias e a baixa qualificação do trabalhador brasileiro são fatores que causaram um crescimento do desemprego nos últimos anos da década de 1990, uma vez que a difusão e a assimilação de tecnologias de ponta nos processos industriais requerem o aperfeiçoamento cada vez maior dos trabalhadores.

Ano	Taxa de desemprego (%)
1990	3,93
1991	4,15
1992	4,50
1993	4,39
1994	3,42
1995	4,44
1996	3,82
1997	5,66
1998*	7,00

Fonte: Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

* Projeção para o período.

A Tabela 1 fornece a análise da taxa de desemprego de 1990/1998 no Brasil. Nota-se que, a taxa de desemprego apresenta variações ao longo da década de 1990 e sua frequência média chega a 4,59%, o que comprova o seu crescimento ao longo do período observado. As

desigualdades regionais do Brasil e o dramático processo de migração para as cidades são fatores que fazem o desemprego crescer. Além disso, a modernização nos centros urbanos e a mecanização engendrada no campo estimulam o êxodo rural. O que se percebe é uma elevação da urbanização superior à oferta de emprego nas cidades brasileiras.

No Brasil, segundo as conclusões de Singer, Malaguti e Mattaso, o desemprego é o fator dominante para o aumento da informalidade:

“Os mercados do trabalho informal são o desaguadouro de toda a força de trabalho que desistiu de procurar emprego (...)” (Singer, 2001: p. 12).

“O trabalho por conta própria e a pequena empresa tornam-se o “sonho” (refúgio da realidade) de milhões de brasileiros desempregados ou cujos salários formais não permitem manter suas famílias” (Malaguti, 2000: p. 63).

“Já nos anos 1980, houve alguma alteração na dinâmica do mercado de trabalho. Apareceu pela primeira vez com intensidade o desemprego urbano e teve início a deterioração das condições de trabalho, com a ampliação da informalidade” (Mattoso, 2001: p. 9).

Nos quadros 1 e 2, a relação entre o desemprego e a informalidade é apresentada. O Quadro 1, indica as regiões metropolitanas⁴ pesquisadas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Nesse quadro observa-se o grande crescimento das taxas de desemprego nas regiões metropolitanas de 1989 a 1999.

Quadro 1
Taxas de Desemprego Total
Regiões Metropolitanas – 1989-1999 (em %)

Regiões Metropolitanas	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
<i>B. Horizonte</i>								12,7	13,4	15,9	17,9
<i>Dist. Federal</i>				15,5	15,1	14,5	15,7	16,8	18,1	19,4	21,6
<i>Porto Alegre</i>					12,2	11,3	10,7	13,1	13,4	15,9	19,0
<i>Recife</i>										21,6	22,1
<i>Salvador</i>									21,6	24,9	27,7
<i>São Paulo</i>	8,7	10,3	11,7	15,2	14,6	14,2	13,2	15,1	16,0	18,2	19,3

Fonte: A Situação do Trabalho no Brasil – DIEESE, 2001.

Já, o quadro 2, mostra o grande crescimento das categorias dos “Empregados Sem Carteira de Trabalho” e dos “Trabalhadores Autônomos”, pois suas taxas registram índices próximos a 27% e a 24% nas ocupações totais das regiões metropolitanas em 1999, respectivamente. O que juntas representam um percentual de aproximadamente 50% da ocupação total das regiões metropolitanas. Assim, o trabalho informal teve um acréscimo de 9,01 pontos percentuais de 1991 a 1999, passando de 40,91% para 49,92% em relação às ocupações totais das regiões metropolitanas. Com isso, o crescimento do desemprego é seguido de perto por um aumento, também, na informalidade. Sendo assim, segundo Sousa

⁴ Na pesquisa do DIEESE as regiões metropolitanas são formadas por: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Distrito Federal, São Paulo e Porto Alegre.

Filho (2005: p. 74) “o trabalho informal tem constituído estratégia de sobrevivência para as pessoas excluídas do mercado formal de trabalho”.

Quadro 2
Participação Média dos Empregados Sem Carteira Assinada e dos Trabalhadores por Conta Própria na Ocupação Total das Regiões Metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre) - (em %)

ANO	1991	1995	1999
<i>Empr. Sem Carteira</i>	20,81	24,08	26,89
<i>Por Conta Própria</i>	20,10	21,95	23,53
TOTAL	40,91	46,03	49,92

Fonte: Jakobsen 2001: p. 15 (Mapa do Trabalho Informal).

Malaguti ainda acrescenta, em relação à informalidade, que “Constata-se hoje, corriqueiramente, que a informalidade não é um celeiro de empreendedores, de pessoas ativas e enérgicas, mas sim o refúgio dos sem opção” (Malaguti, 2000: p. 68).

Paul Singer também argumenta que, se o trabalhador pudesse escolher, a maioria iria optar por empregos formais, uma vez que “A grande maioria dos informais exerce atividades precárias, quase todas sujeitas a repressão policial, o que torna os ganhos extremamente instáveis e incertos” (Singer, 2001: p. 12).

O aumento do desemprego é um dos principais fatores para o aumento da informalidade no Brasil, visto que, para Malaguti (2000) e Singer (2001), a informalidade representa uma “válvula de escape” para os trabalhadores que precisam sobreviver e que perderam seus empregos.

Antes de adentrar no aspecto do crescimento da informalidade no Brasil, é fundamental analisar a redução do emprego formal no país. De acordo com o Ministério do Trabalho, a integração econômica ao processo de globalização competitiva e a conquista de estabilidade econômica constituíram nos fatores mais notáveis para a economia brasileira nos anos 1990. Entretanto, os efeitos dessa globalização competitiva sobre o mundo do trabalho é o surgimento dos custos sociais e econômicos, pois ocasionaram desemprego e informalidade.

Os dados do Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho, mostram que houve de 1990 a 1997 uma eliminação de cerca de 2.560 milhões de empregos formais.

Segundo Silva este processo de globalização competitiva gera: “O crescimento significativo do setor informal da economia e o aumento de política de terceirização de atividades” (Silva, 2002: p. 35). A autora revela ainda que, “parte do parque industrial deixa de existir para dar lugar à ampliação do setor de prestação de serviços que descentraliza parte da indústria, abrindo espaços para as pequenas e microempresas, bem como para prestadores de serviços autônomos”.

Tendo por base estas perspectivas, a autora Silva ainda acrescenta que, “(...) em um contexto de grandes transformações, a economia brasileira tem gerado ocupações terciárias, formais e informais, verificando-se, sobretudo que o ajuste do mercado de trabalho no Brasil, ocorre de maneira mais significada pela via da informalidade” (Silva, 2002: p. 37).

Essa transição do fordismo para o modelo flexível – Toyotismo – originou enormes mudanças, uma vez que exigiu a formação de novas relações sociais. Com isso, problemas apareceram no mercado de trabalho, pois pessoas passavam a ser excluídas do processo de trabalho formal devido à falta de qualificação profissional. O trabalho informal aparece neste

cenário como uma forma do trabalhador manter a sua sobrevivência, sendo uma alternativa de geração de emprego e de complementação da renda familiar.

3 Aspectos Gerais da Economia do Estado de Goiás e Crescimento da Informalidade

O Estado de Goiás apresentou maior integração na economia nacional a partir das primeiras décadas do século XX, pois ocorre um aumento da produção de mercadorias agrícolas na economia goiana.

Já, a atividade industrial goiana era muito ínfima comparada à economia nacional, já que ainda não havia um mercado consumidor amplo e nem uma infraestrutura básica implantada na região Centro-Oeste⁵. O Estado de Goiás, dessa forma, se destacava nas atividades ligadas à pecuária, sendo que a agricultura e a pecuária estavam totalmente ligadas na formação econômica do Estado, pois como afirma Estevan:

“(…) pecuária extensiva e agricultura de subsistência significou um processo único, uma totalidade e não dois segmentos produtivos separados. A criação de gado, tanto no norte como no sul da província, exigia a produção de alimentos, e esta, por sua vez, na incapacidade de desenvolver-se enquanto atividade autônoma refugiou-se na organização produtiva criatória” (Estevan, 1998: p. 71).

A economia goiana somente passa a integrar de maneira mais sólida o mercado nacional com a chegada das ferrovias e das estradas, que facilitaram o deslocamento das mercadorias e das pessoas para outras regiões do território nacional.

A expansão cafeeira teve um papel fundamental neste processo de integração do Estado goiano ao mercado brasileiro, pois trouxe uma gama de investimentos em infraestrutura, que possibilitaram o crescimento econômico.

Em seguida, a mudança da capital para Goiânia também proporciona expectativas de desenvolvimento. Porém, isso demorou a acontecer, pois a indústria ainda mostrava sinais de deficiência diante do panorama nacional. Com isso, destacavam-se apenas as indústrias que atendiam o mercado consumidor local.

Depois de 1930, ocorre a chamada “Marcha para o Oeste”, que era motivada pela maior atenção dada agora pelos governos em relação ao desenvolvimento das lavouras agrícolas na região. Destarte, acontece um grande processo de migração e, em 1950, cerca de 30% da população de Goiás possuía origem em outro estado.

Já, no início dos anos 1970, começam a surgir as indústrias processadoras de produtos agrícolas, onde se destacava a de alimentos. O crescimento da agroindústria beneficiou o processo de industrialização e deixou a indústria e o campo mais próximos.

No final da década de 1970 e início da década de 1980, acontece um processo que impulsiona a economia goiana, as chamadas Fronteiras Agrícolas. O governo nacional direciona investimentos para a agricultura provocando uma modernização do campo, fazendo com que migrantes vindos de diversos estados vejam na Região Centro-Oeste uma opção de enriquecimento. Migrantes vindos do Rio Grande do Sul, do Paraná e de São Paulo são os que mais se destacaram neste processo das chamadas Fronteiras Agrícolas. Com isso, presencia-se um vigoroso crescimento da agricultura de exportação, destacando-se os grandes latifúndios e a elevada mecanização.

Comparando as estruturas econômicas da economia goiana e da economia brasileira, percebe-se que estas são semelhantes em seus desenvolvimentos, uma vez que em ambas o

⁵ Região do território brasileiro formada pelos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

setor primário, ao longo do tempo, perde espaço na composição do PIB para o setor industrial e para o de serviços.

Ao analisar o Projeto Alavancagem do Mercoeste⁶ de 2001, compreende-se que a única exceção do desenvolvimento da estrutura econômica de Goiás em relação a do Brasil é uma média maior no setor agropecuário do primeiro. Mesmo com o crescimento do setor secundário, a maior parte das indústrias goianas ainda são de beneficiamento e de industrialização de matérias primas. Dessa forma, o setor primário ainda continua tendo um papel fundamental nessa economia.

A Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás (SEPLAN) analisou em 1999, que Goiás, em pouco mais de uma década, mudou de uma economia rural para uma economia urbana moderna, já que passou a concentrar mais postos de trabalho no setor de serviços e no setor industrial.

Observa-se ainda, segundo a autora Silva, que esse o estado está mudando sua matriz produtiva devido ao desenvolvimento, provocando uma intensa competitividade no campo e seleção de áreas e produtores mais competitivos (Silva, 2002: p. 48). Acrescenta-se a isso, o aumento do êxodo rural e maior concentração urbana da população, em razão do aumento do uso de tecnologias no campo que extinguem os postos de trabalho tradicionais – gerando o chamado desemprego estrutural. Assim, esse processo de “industrialização do campo” gera uma injeção de capitais nos grandes proprietários de terras, que substituem o trabalhador rural pelas máquinas no intuito de aumentar a produtividade, o que causa o fluxo migratório para as grandes cidades goianas.

3.1 A Economia Informal Goiana

Um estudo desenvolvido pelo IBGE, em 1997, mostra que o total de empresas do setor informal no Estado de Goiás chega a 310.167. Entre todas, se destacam as empresas que se ocupam com o comércio de mercadorias, pois representam 21,8%. Em segundo lugar, aparecem as empresas informais ligadas aos serviços de reparação, pessoais, domiciliares e de diversões, que indicam 20,2%.

Das empresas do setor informal que desenvolvem atividades ligadas a indústrias de transformação e extrativa mineral, indústrias de construção, comércio de mercadorias, serviços de alojamento e alimentação, serviços de transporte, serviços de reparação, pessoais, domiciliares e de diversões, serviços técnicos e auxiliares e outros serviços e empresas que não deram declaração, apenas 10,3% possuem constituição jurídica. Enquanto que, uma cifra de 89,7% não é constituída juridicamente. A pesquisa revela um baixo índice de formalização entre as empresas pesquisadas pelo IBGE, devido principalmente ao alto custo dos impostos e a elevada burocracia.

As principais dificuldades que as empresas apontaram para o desenvolvimento das atividades informais foram: falta de clientes (23,0%); grande concorrência (21,3%); e falta de capital próprio (19,8%).

A categoria “Falta de Capital Próprio” possui grande incidência devido o fato dos bancos privados e públicos se negarem a realizar empréstimos para o setor informal, uma vez que não possuem garantias de suas atividades econômicas.

Constata-se ainda, em relação aos motivos que fizeram com que as pessoas iniciassem esse negócio, que os aspectos mais incidentes em todas as categorias e grupos de atividades

⁶ Constituído pelos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Rondônia, Acre e Distrito Federal.

foram: busca da independência financeira (23,7%); complementação da renda familiar (19,7%); e porque não encontraram emprego (18,9%).

Outro dado interessante é o nível de instrução destes informais. A maioria é formada por pessoas de baixa escolaridade, o que comprova Malaguti (2001), onde afirmava que as pessoas sem qualificação que não ingressam no mercado formal de trabalho, buscam na informalidade sua sobrevivência, se tornando, um “refúgio dos sem opção”.

Observa-se quanto à naturalidade dos entrevistados pelo IBGE, que 67,5% das pessoas são naturais de outros municípios, mostrando também o grande fluxo migratório de pessoas, que provocam um inchaço no setor informal das cidades que são vistas como centros dinâmicos da modernização atraindo grande número de pessoas provenientes de cidades menores e do campo.

3.2 O Crescimento do Setor Informal em Goiânia

A cidade de Goiânia apresenta no final do século XX, com o crescimento demográfico e com as elevadas taxas de urbanização, um crescimento populacional vigoroso. Ao analisar esse aumento da população e da urbanização, Sousa Filho acrescenta uma explicação em relação a informalidade:

“(…) um contingente populacional se dirigirá para Goiânia, como iniciativa decorrente do processo de urbanização caracterizado pelos movimentos migratórios rural urbano e/ou de deslocamento de cidades do interior para as cidades maiores, de economias mais dinâmicas. Este será o primeiro fator responsável pela constituição de um cenário propício ao surgimento da informalidade nesta e em outras regiões metropolitanas do país.” (Sousa Filho, 2005: p. 77).

A informalidade na cidade de Goiânia surge ainda no final da década de 1970 e início da década de 1980. Com a reestruturação da produção, verificada na cidade na década de 1980, o desemprego estrutural aparece como o principal fator para o aumento da economia informal. Mas, é na década de 1990, que a informalidade toma maiores proporções, pois neste período ocorre um grande aumento da população e da urbanização do município, surgindo diversas feiras populares, que são o retrato da economia informal.

Na cidade de Goiânia existem inúmeras feiras livres e camelódromos. Dentre as principais feiras livres, se destacam: a Feira Hippie, a Feira da Lua e a Feira do Sol. Verifica-se ainda o Centro Comercial Popular (CCP), o Camelódromo de Campinas e o Mercado Aberto. As suas características se diferenciam de acordo principalmente com a localidade, pois podem atender diferentes tipos de consumidores com diversos produtos.

A Feira Hippie se localiza no centro da cidade de Goiânia e seu alvo econômico são os consumidores de renda média e média baixa. Seus principais produtos são: confecções, bijuterias, calçados e alimentos. Esta feira teve início com um pequeno número de *hippies* e atualmente soma cerca de 6.000 feirantes.

Já, a Feira do Sol foi criada por iniciativa da prefeitura, em 1990. Possui cerca de 240 expositores que comercializam principalmente confecção, perfumes e alimentos.

A Feira da Lua atende pessoas de renda média e média alta e possui cerca de 880 feirantes. Nessa feira se destacam produtos como: tortas, doces, plantas ornamentais, confecção, calçados etc.

O Centro Comercial Popular foi criado em setembro de 1987 para abrigar os trabalhadores informais que se situavam nas Avenidas Goiás e Anhanguera do centro da

cidade. Conta com cerca de 700 expositores e seu público alvo são os consumidores de renda média e média baixa.

O Camelódromo de Campinas, criado em 1995, possui cerca de 350 expositores e busca atender público que possui renda média e renda alta.

O Projeto Mercado Aberto da Avenida Paranaíba foi criado, em 2003, para realocar os trabalhadores informais que exerciam suas atividades no Setor Central de Goiânia. Possui 1.695 feirantes que atendem um público que possui renda média e renda alta.

A Tabela 2 mostra as características das principais feiras livres e camelódromos da cidade de Goiânia. O público alvo que prevalece são as pessoas de renda média, que consomem produtos ligados a confecções, calçados, alimentos, perfumes, bijuterias, produtos do Paraguai etc.

Tabela 2 – Características das Principais Feiras Livres e Camelódromos de Goiânia.			
Feiras Livres ou Camelódromos	Expositores	Público Alvo	Principais Produtos
<i>Feira Hippie</i>	6.000	Renda Média e Média Baixa.	Confecções, Bijuterias e Calçados.
<i>Feira do Sol</i>	240	Renda Média e Média Alta.	Confecções, Perfumes e Alimentos.
<i>Feira da Lua</i>	880	Renda Média e Média Alta.	Confecções, Calçados e Alimentos.
<i>Centro Comercial Popular – CCP</i>	700	Renda Média e Média Baixa.	-
<i>Camelódromo de Campinas</i>	346	Renda Média e Média Alta.	-
<i>Mercado Aberto</i>	1.695	Renda Média e Média Alta.	-

Fonte: Elaborado pelo autor.

Apenas essas seis feiras livres somam cerca de 10.000 expositores, o que permite constatar que grande parcela da população depende do setor informal para geração e complementação de renda. Assim, a informalidade, na capital de Goiás, é essencial para incorporação de parte da população ao mercado.

4 O Crescimento do Setor Informal e o Processo de Transferência de Renda

O aspecto da transferência renda entre segmentos da sociedade, que não poderia ser visto espontaneamente, é fundamentado neste tópico. Para tanto, se parte da concepção que o segmento constituído pelos informais exerce uma pressão sobre o poder público e, dessa maneira, conseguem a apropriação de parte da riqueza gerada no conjunto da sociedade. Os aspectos que confirmam tal processo serão vistos posteriormente.

4.1 Pressão Urbana vinculada ao Crescimento do Setor Informal

As maiores cidades do Brasil passam por uma pressão relacionada com a incapacidade do mercado de trabalho formal em oferecer um nível de emprego condizente com o número de pessoas que procuram trabalho. Assim, como ocorre falta de empregos formais, a

população encontra na informalidade seus meios de garantir a sobrevivência e, passam na maioria das vezes, a exercer trabalhos precários e de baixa rentabilidade.

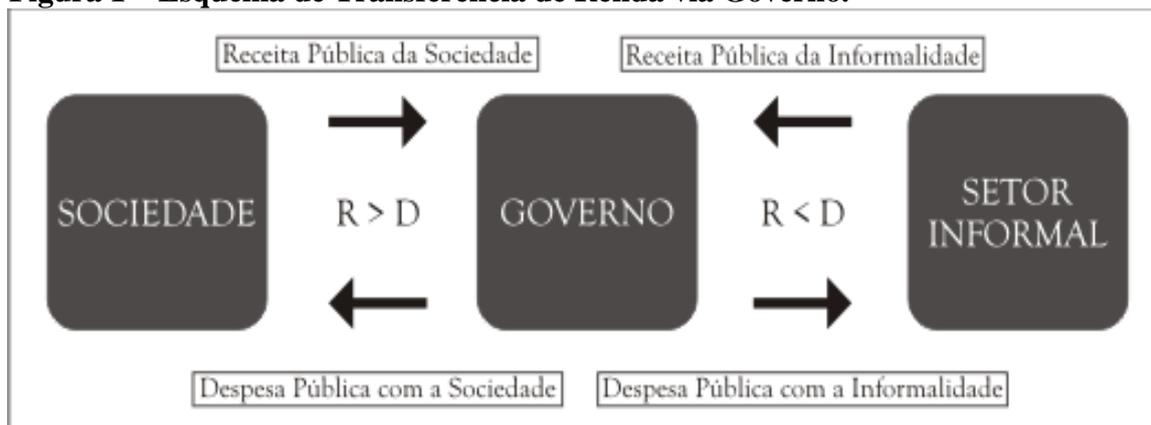
Um dos fatores que proporcionam o engajamento dessas pessoas nessas atividades informais é o baixo nível de investimento exigido, uma vez que essas atividades podem ser realizadas em espaços públicos de grande fluxo de pessoas.

Em geral, essa atividade não proporciona um faturamento elevado, quando se analisa cada trabalhador informal de maneira isolada. Entretanto, a economia informal é altamente significativa para a economia local, pois atua como meio de geração e complementação da renda familiar.

Nesse contexto, as políticas públicas ocorrem no sentido de apoiarem o setor informal, pois existem instrumentos nos centros urbanos mais dinâmicos relacionados com o crédito acessível às pessoas que não podem comprovar renda e com as políticas de ocupação do espaço. Nesse sentido, a informalidade mobiliza as três esferas do Governo⁷, em razão de ser uma alternativa de emprego e renda para a população.

Esta incorporação de grande parcela de pessoas ao mercado por meio da informalidade, por sua vez, gera uma transferência de renda entre segmentos da sociedade através do Estado. A Figura 1 ajuda no entendimento do sistema de transferência de renda que será abordado:

Figura 1 – Esquema de Transferência de Renda via Governo.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Na Figura 1 ocorrem dois tipos de movimentos tendo o Estado como intermediador: um em seu sentido, onde o mesmo arrecada tributos da Sociedade e do Setor Informal que são as Receitas Públicas; e, outro no sentido da Sociedade e do Setor Informal, onde, por sua vez, recebem do Governo os Investimentos Públicos, chamados de Custos Públicos.

A situação do Governo com a Sociedade revela-se deficitária, uma vez que o Governo arrecada mais do que investe na mesma, demonstrando uma relação onde a Receita Pública é maior do que o Custo Público ($R > C$). Já, a situação do Governo com o Setor Informal indica-se superavitária, já que o Governo investe mais do que arrecada neste segmento, mostrando uma relação onde Receita Pública é menor do que o Custo Público ($R < C$).

A Figura 1 dá uma ideia simplificada da transferência de renda do conjunto da sociedade para o setor informal através do Governo, dada às relações de Receita e Custo do Estado para com os dois segmentos. O Governo, nessa interação, destina investimentos

⁷ São as formas de governo Federal, Estadual e Municipal, pois ambas atuam garantindo essa alternativa de emprego que proporciona renda a população.

públicos ao Setor Informal que são superiores ao que arrecada do mesmo, atuando como intermediador nesse processo.

Um primeiro aspecto que confirma essa transferência de renda da sociedade para a informalidade é vista a partir da “renúncia fiscal”. Os informais não possuem custos com os tributos correspondentes a sua atividade econômica, pois não pagam impostos ao poder público. Desse modo, no instante em que não ocorre o recolhimento dos tributos relativos às atividades do setor informal há uma efetivação do não pagamento de impostos. Como o imposto segue um princípio em que sua utilização não possui destinação específica, não existe direcionamento das aplicações para quem verdadeiramente contribuiu. Já, no caso das contribuições, que possuem uma destinação específica quando recolhida, há um forma de avaliar as aplicações. Com isso, os impostos que incidem sobre o território, sobre a atividade econômica ou sobre a locomoção, não possuem uma destinação certa, sendo assim, o governo pode aplicá-los em qualquer atividade que desejar. As contribuições, cujo exemplo mais comum é a Contribuição Provisória de Movimentação Financeira (CPMF), possuem uma destinação específica, sendo a CPMF destinada para aplicações na área da saúde pública nacional. O que nem sempre acontece.

Quando os trabalhadores informais não arcam com impostos sobre as suas atividades estão, assim, se apropriando de uma parcela da renda da sociedade, pois, mesmo não contribuindo com o sistema fiscal, consomem os benefícios que são bancados pelo conjunto da sociedade. Dentre os principais benefícios, temos: a pavimentação das cidades; o sistema educacional; o sistema público de saúde; e a iluminação pública.

Essa análise sobre a apropriação de parcela da renda da sociedade via “renúncia fiscal” não é totalmente verdade, pois os informais se apropriam somente dos impostos que possuem incidência sobre as atividades econômicas. Nesse sentido, o setor informal não se apropria dos impostos pagos pela sociedade em relação, como por exemplo, ao Imposto sobre Veículos Automotores (IPVA) e ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). O setor informal também arca com os impostos relativos ao seu consumo de bens, pois esses produtos são produzidos e comercializados de maneira formal.

Como o Estado não é capaz de formalizar todas as ocupações econômicas que existem no mundo do trabalho, passa a fortalecer as alternativas como a informalidade, com o intuito de construir um ambiente harmônico entre a economia formal e a informal. Logo, ao fortalecer a informalidade, o Estado indiretamente apóia a “renúncia fiscal” desses trabalhadores no sistema.

Um segundo aspecto que confirma a transferência de renda da sociedade para a informalidade é a questão da apropriação do espaço público pelos trabalhadores informais. Os espaços públicos entendidos como ruas, avenidas, passeios, praças etc., deixam de cumprir a sua função que é pública e passam a ser utilizados pelo Setor Informal, se tornando espaços privados. Os informais são beneficiados neste processo de apropriação do espaço público, pois seus rendimentos aumentam pelo fato de não terem custo com aluguel, além do que, não devolvem os recursos dessa apropriação à sociedade. E ainda não efetivam o pagamento dos aluguéis dos imóveis que seriam alocados caso não ocupassem o espaço público onde exercem por certo período suas atividades, deixando, assim, de contribuir para a formação do PIB do país.

O terceiro aspecto está relacionado com a criação de espaços pelo poder público para que os informais pratiquem suas atividades. Nesse ponto, o Estado passa a sofrer as pressões de instituições privadas ou de segmentos da sociedade que reivindicam livre passagem pelos locais públicos que os informais trabalham e, com isso, o poder público concede espaços para a informalidade exercer suas tarefas.

Para tanto, o Estado realiza investimentos públicos para criar ambientes para a informalidade, sendo que esses espaços passam, mesmo com o investimento saindo da sociedade por via do Governo, a serem locais privados das atividades dos trabalhadores informais. Um exemplo, desse processo onde o Estado passa a sofrer pressões de instituições privadas ou de segmentos da sociedade que reivindicam livre passagem pelos locais públicos ocupados pelos informais, é o caso do Projeto Mercado Aberto construído no Setor Central de Goiânia, em 2003.

4.1.1 O Projeto Mercado Aberto e a Transferência de Renda em Goiânia

É interessante analisar como o Estado, num processo de conciliação com o setor informal, se preocupa com locais para que os mesmos pratiquem suas atividades sem maiores perturbações. Isso indica a importância de tal segmento na economia no que se refere à geração de emprego e renda.

O Projeto Mercado Aberto foi criado devido às pressões de instituições privadas e de segmentos da sociedade que reivindicavam atitudes do Estado em relação aos espaços que eram ocupados pelos informais. Esse contexto de pressões exercidas pelos comerciantes estabelecidos do Setor Central da cidade sobre a Prefeitura Goianiense é analisado por Sousa Filho (2005):

“O crescimento da informalidade no Setor Central foi acompanhado com desgosto pelos moradores e comerciantes na região, os quais, desde a primeira metade da década de 1980, viram partes das avenidas serem tomadas pelos comerciantes ambulantes. Em virtude dessa ocupação pelos trabalhadores informais, tornaram-se frequentes os conflitos e as pressões sobre o poder público, sobretudo por parte dos comerciantes estabelecidos, que ameaçavam, inclusive, tomar algumas medidas drásticas, tais como o fechamento de suas próprias lojas, depósitos judiciais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e passeatas pelas ruas, como forma de pressionar o poder público no sentido de que adotasse medidas para a retirada dos ambulantes do centro da cidade (...)” (Sousa Filho, 2005: p. 77).

No final do século XX o Setor Central de Goiânia se encontrava relativamente deteriorado (SOUSA FILHO 2005), dados os seguintes motivos: uso natural constante (de pedestres e de veículos); ação de vândalos; descaso do poder público; e crescimento da informalidade.

Com esse processo de deterioração e com a necessidade de superar o problema da alocação dos informais, foi criada, em 1988, pelos moradores locais, uma associação para revitalização do centro de Goiânia, a Associação Centro Vivo, que passou a atuar com o objetivo de pressionar a prefeitura a planejar e executar um plano de revitalização para o Setor Central.

Assim, a Prefeitura de Goiânia era pressionada de um lado, pelos comerciantes estabelecidos (formais) e, de outro, pela associação de moradores do centro. Entretanto, ainda havia outro problema, pois empreender tal projeto de revitalização, mudando a alocação dos trabalhadores informais que trabalhavam nas Avenidas Goiás e Anhanguera para outra localidade, exigiria um grande esforço de conciliação de interesses.

A discussão da necessidade de revitalização do centro e da necessidade da retirada e transferência dos trabalhadores informais para outro local já perdurava por mais de uma década. Na gestão de Pedro Wilson, eleito prefeito de Goiânia para o período de 2001/2004, as discussões foram finalizadas e o projeto de revitalização do centro parecia estar em vias de se tornar realidade.

Com isso, formou-se uma Comissão Executiva, que era constituída pelos segmentos: moradores - Associação Centro Vivo; comerciantes – Câmara dos Diretores Lojistas (CDL); Ministério Público; e Trabalhadores Informais – Sindicato dos Comerciantes Ambulantes e Trabalhadores da Economia Informal de Goiânia (SINCATEI).

O problema para essa Comissão Executiva era a questão da realocação da informalidade, pois se pensava em todas as propostas viáveis para a transferência dos informais do centro da cidade. Entre todas as propostas discutidas, se destacou uma que criaria um espaço multiuso⁸, utilizando os canteiros centrais da Avenida Paranaíba no centro da cidade. Tal projeto agradou os interesses em jogo e foi chamado de Projeto Mercado Aberto da Avenida Paranaíba.

Portanto, o terceiro aspecto da transferência de renda do conjunto da sociedade para o setor informal é confirmado em Goiânia, uma vez que o Projeto Mercado Aberto é o exemplo mais emblemático deste aspecto.

Ainda é interessante destacar que a Prefeitura de Goiânia sofreu pressões por parte dos comerciantes (CDL) e dos moradores (Associação Centro Vivo), pois ambos os segmentos reivindicavam atitudes para se liberar o espaço ocupado pelos informais. Assim, houve a criação de um espaço no Setor Central da cidade para que os informais pudessem exercer suas atividades. Ocorreu com essa atitude do Estado um processo de transferência de renda do conjunto da sociedade para a informalidade, pois com a criação do espaço do Projeto Mercado Aberto na Avenida Paranaíba se efetivou um investimento por parte da Prefeitura de Goiânia em um patrimônio da sociedade⁹ para que o setor informal o utilizasse como espaço privado. Destaca-se ainda que, os trabalhadores informais não tiveram nenhum tipo de custo para a criação do local e como não ressarciram essas despesas ao Estado, se conclui que houve uma transferência de renda.

4.2 O Custo do Setor Informal para a Sociedade

Sabe-se que a informalidade recebe do conjunto da sociedade, uma parcela da riqueza gerada, sem a qual não seria possível exercer suas atividades econômicas, pois, observa-se que, na economia informal há baixa produtividade, baixos salários e pequena capacidade de competição, quando comparadas com a economia formal.

Ocorre a transferência de renda entre esses segmentos sociais, pois os informais exercem uma pressão sobre a sociedade e se incorporam ao mercado capitalista. Assim, a sociedade arca com os custos dessa transferência de renda, pois é quem paga os impostos que são destinados ao setor informal como forma de investimento público.

Mas, qual é o preço dessa transferência de renda? Para problematizar ainda mais essa questão, acrescenta-se que o Estado também promove uma “renúncia fiscal” no setor formal da economia, já que beneficia certas empresas de segmentos estratégicos com isenções fiscais. Sendo assim, essa transferência de renda que ocorre não seria uma maneira de se compensar a própria sociedade da renda que é apropriada pela informalidade? Nesse intuito, apóia-se o princípio do imposto, onde não há uma destinação específica na sua arrecadação, para se verificar que essa alocação que ocorre de maneira natural entre os segmentos sociais poderia se dar de outra forma caso ela ocorresse no seu curso ideal.

⁸ Seria um espaço multiuso, devidamente equipado, para ser utilizado pelos informais e pela sociedade. Estabeleceu-se o período diurno para os trabalhadores informais exercerem suas atividades econômicas e, o período noturno, dias de domingo e feriados, para a sociedade realizar seus eventos culturais e esportivos.

⁹ Espaço público que havia entre as pistas da Avenida Paranaíba.

Mesmo assim, tal princípio do imposto não limita a discussão do preço da transferência de renda do conjunto da sociedade para a informalidade e, nem impede o debater sobre a relação da natureza dessa transferência de renda com a renúncia fiscal feita para benefício de algumas indústrias que se encontram na formalidade.

4.2.1 O Preço do Projeto Mercado Aberto para a Sociedade Goianiense

O Projeto Mercado Aberto da Avenida Paranaíba é composto por 1.695 trabalhadores informais, segundo dados da SEDEM (SOUSA FILHO 2005). O Mercado Aberto é mantido e conservado pela Prefeitura de Goiânia e os trabalhadores que ali se encontram apenas despedem com uma anuidade pela utilização do espaço. O custo do Projeto Mercado Aberto para a Sociedade pode ser calculado através da diferença entre do custo de sua manutenção e a receita correspondente à anuidade paga por seus feirantes.

Desse modo, o terceiro aspecto da transferência de renda visto anteriormente é analisado neste caso, pois há criação de um espaço para que os informais exerçam suas atividades através de investimentos públicos.

Tabela 3 – Despesas Públicas com o Mercado Aberto de Goiânia – 2005 (em R\$).		
Discriminação	Por Mês*	Por Ano**
<i>Energia</i>	1.257,27	15.087,24
<i>Água e Esgoto</i>	1.508,02	18.096,24
<i>Limpeza</i>	-	-
<i>Segurança</i>	-	-
<i>Aluguel ***</i>	423.750,00	5.085.000,00
Total	426.515,29	5.118.183,48

Fonte: SEDEM: 2005.

* Média do ano.

** Considera-se o valor que será despendido no ano tendo por base o que foi pago nos meses do primeiro trimestre;

*** Estimado segundo as previsões de aluguéis para o período analisado.

Na Tabela 3, o custo de manutenção foi calculado através dos gastos com energia elétrica, saneamento básico e aluguel. Não sendo possível obter os gastos relacionados com a segurança e com a limpeza, que deve ser igual aos salários pagos, mais os gastos com o material e com os equipamentos utilizados. Já, a receita foi calculada através da anuidade que é paga pelos trabalhadores informais do Mercado Aberto.

As despesas públicas por mês fizeram a Prefeitura de Goiânia contabilizar gastos de R\$ 1.257,27 com Energia, de R\$ 1.508,02 com Água e Esgoto e, de R\$ 423.750,00 com aluguel¹⁰. O que representa um total de R\$ 426.515,29 por mês, em 2005.

A tabela 3 mostra ainda que, a Prefeitura de Goiânia, no ano de 2005, teve uma despesa anual com o Mercado Aberto, se fossem consideradas todas as categorias observadas, acima de R\$ 5.1 milhões. Pois, apresentou gastos com energia de R\$ 15.087,24, com água e esgoto de R\$ 18.096,24 e com aluguel de R\$ 5.118.183,48.

¹⁰ A SEDEM analisa o aluguel como sendo aquele que seria cobrado em relação ao espaço público que é ocupado pelos informais, fazendo a estimativa através valores vigentes no mercado imobiliário de Goiânia.

Na tabela 4, observa-se que a arrecadação com essa anuidade cobrada sobre os feirantes do Mercado Aberto somou R\$ 107.545,59, no ano de 2005. Não corresponde ao valor gasto com sua manutenção. Dessa forma, com base nos dados da SEDEM, a Prefeitura de Goiânia arcou com um déficit acima dos R\$ 5 milhões com o Projeto Mercado Aberto no ano de 2005.

Tabela 4 – Arrecadação Pública dos Feirantes do Mercado Aberto – 2005 (em R\$)				
Período	Ufir (uma pessoa)	R\$ (uma pessoa)	Ufir (total)	R\$ (total)
<i>Por Mês</i>	3,31	5,29	5.610,45	8.962,13
<i>Por Ano</i>	39,72	63,45	67.325,40	107.545,59

Fonte: SEDEM, 2005.

Na Figura 2, a Despesa Pública e a Receita Pública são analisadas num esquema para o Mercado Aberto e a Prefeitura de Goiânia. Nota-se que, os custos são maiores do que as receitas, o que corrobora a hipótese de transferência de renda.

A Figura 2, ao demonstrar o caso concreto do Projeto Mercado Aberto, mostra que o pagamento da anuidade efetuada por esses trabalhadores informais não correspondem aos gastos de funcionamento da estrutura que utilizam para exercerem suas atividades. Sendo os Custos Públicos do governo municipal superiores a Receita Pública arrecadada.

Figura 2 – Esquema que Relaciona a Prefeitura de Goiânia e o Mercado Aberto – A Situação da relação Custo/Receita – 2005.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Segundo dados da SEDEM, um percentual de 77% das pessoas que trabalham no Mercado Aberto possuem renda que equivale a cerca de R\$ 600,00. Estimou-se que isso corresponderia a 50% do faturamento real, passando a renda para R\$ 1.200,00. No intuito de calcular o que os trabalhadores informais do Projeto Mercado Aberto deixam de pagar de impostos, buscou-se avaliar a hipótese onde fossem optantes do SIMPLES, pagando alíquota de 8% sobre a atividade. Cada trabalhador informal pagaria R\$ 96,00 de imposto por mês. Conjuntamente, os 1.695 feirantes pagariam um montante anual de impostos de R\$ 1.952.640,00.

Assim, quando o déficit das despesas públicas originados com a criação e manutenção do espaço e a “renúncia fiscal” são contabilizados juntos, os trabalhadores informais do Mercado Aberto representam um custo ao Governo de cerca de R\$ 7 milhões no ano de 2005.

Em relação aos empreendimentos informais do Estado de Goiás, nota-se na pesquisa feita pelo IBGE e Sebrae em 2003, que existe 292.978 empreendimentos informais no Estado,

com receita anual de quase R\$ 7,5 bilhões. Se essas empresas optassem pelo SIMPLES, o faturamento anual seria em torno de R\$ 600 milhões.

Ao comparar essas informações com os resultados fornecidos pelo Governo do Estado de Goiás em relação aos incentivos fiscais concedidos para a instalação de empresas formais, se constata que o Programa de Financiamento do Estado de Goiás (PRODUZIR) para as atividades produtivas, no período que vai de 1998/2005, renunciou a um montante equivalente a R\$ 5,3 bilhões, representando cerca de R\$ 750 milhões por ano. Em vista disso, a renúncia fiscal espontânea vista no setor informal é semelhante àquela concedida pelo Estado às empresas formais.

5 Considerações Finais

Sabe-se que a informalidade não constitui um fenômeno novo na realidade socioeconômica dos países subdesenvolvidos. Nesse sentido, Santos (1979: p. 29), afirma que, as economias urbanas dos países em desenvolvimento são formadas por um sistema de dois circuitos: o circuito superior e o circuito inferior. Segundo esse autor, esses circuitos são originados por um fenômeno maior, denominado *modernização tecnológica*.

O circuito inferior é constituído por inúmeras ocupações, denominadas de atividades informais. Funcionando como uma espécie de “válvula de escape”, mesmo que precária, para aqueles que não se inseriram no circuito superior da economia, ou seja, o mercado formal de trabalho. Nos anos 1990, um grande crescimento nas taxas de desemprego, demonstrou ineficiência da economia brasileira em manter um nível de emprego condizente com as taxas de crescimento e urbanização das cidades. Dessa maneira, o circuito inferior da economia ficou sendo o responsável pela inclusão dos desempregados, que se incorporavam ao mercado, em sua grande maioria, através das chamadas atividades informais.

Como o governo naquele momento não tinha condições de manter um nível de emprego exigido para o momento de transformação produtiva, passou a apoiar essas atividades informais, dando garantias através de políticas públicas. Essas políticas davam garantias ao crédito, ao campo fiscal e à ocupação do espaço. Sendo assim, o poder público beneficia a informalidade dando garantia, uma vez que era a única forma possível de incorporar ao mercado essa grande parcela da população que se encontrava desempregada e que precisava sobreviver. Então, quando as pessoas se encontram na informalidade, de uma maneira ou de outra, forçam uma transferência de renda entre segmentos da sociedade a partir do Estado.

Assim, ocorre a transferência de parcela da riqueza gerada no conjunto da sociedade para o segmento do Setor Informal, para que este segmento possa desenvolver suas atividades econômicas e, assim, incorporar ao mercado, mesmo que em situação de desvantagem, mais como parte da engrenagem de um sistema que necessita criar consumidores, para a oferta de produtos, disponibilizados à sociedade.

Primeiramente, pode-se compreender no estudo realizado que existem basicamente três aspectos facilitadores dessa transferência de renda da Sociedade para a Informalidade, que são: a “renúncia fiscal”; a apropriação de espaços públicos que passam a ser espaços privados; e, os investimentos públicos em espaços alternativos para realocação.

O caso que foi exposto no artigo sobre a realocação dos trabalhadores informais do centro de Goiânia no espaço conhecido atualmente como Mercado Aberto, mostrou como ocorre essa transferência de renda de parte da riqueza que é gerada na sociedade para o setor informal através do Governo. Assim, o Estado apresenta um papel de mediador neste

processo, pois atua apoiando com políticas públicas essa atividade, que, por um lado, se torna um custo para a sociedade, mas, por outro, gera e complementa renda.

Nessa perspectiva, o estudo procurou discutir o apoio do Estado a tal processo (de transferência de renda) com a criação de políticas públicas, em razão de atuar fortalecendo e dando garantia aos trabalhadores informais. Nesse intuito, concluí-se, que o Governo, diante da incapacidade de solucionar o problema¹¹, atua apoiando o Setor Informal como forma de criar um ambiente harmônico, pois os trabalhadores informais necessitam se incorporar ao mercado para garantir renda.

É muito difícil para o governo controlar as mudanças estruturais e espaciais que ocorrem nas cidades, pois o processo de reestruturação produtiva, os fluxos de migrantes em direção a esses grandes centros urbanos e a abertura da economia proporcionaram, em grande escala, um vertiginoso crescimento do desemprego e do subemprego. Assim, a alternativa de sobrevivência da maioria das pessoas, tanto das que vinham do interior quanto dos cidadãos que eram excluídos do mercado formal, foi à opção pela informalidade como maneira de garantir a sobrevivência e/ou de complementação da renda familiar.

O Estado não teve condições de manter políticas públicas de emprego, de renda, de habitação, de saúde, de educação etc. Dessa forma, em razão dessas mudanças estruturais e espaciais que impactavam as cidades e gerava a desconfiguração do mundo do trabalho, o Governo começou a apoiar essas atividades alternativas, como maneira de garantir uma renda para essas pessoas que não eram absorvidas pelo mercado de trabalho formal.

Essa apropriação feita de parte da renda da sociedade pelos informais era uma maneira de incorporar esses últimos ao mercado, que, mesmo em situação de desvantagem para competir com o setor formal, se tornava necessária porque o sistema necessitava criar consumidores para a oferta de produtos colocados à disposição da sociedade.

Em vista disso, a constante reprodução do sistema econômico está vinculada à transferência de renda do conjunto da sociedade para o segmento informal, seja de modo espontâneo ou por pressão da população.

Outro ponto relevante é que os informais forcem, de certa maneira, essa transferência de renda. No momento em que segmentos da sociedade passam a reivindicar junto ao poder público alguma atitude em relação ao espaço público ocupado pelos trabalhadores informais, ocorre, a partir deste instante, um conflito de interesses (de um lado, os comerciantes, os moradores e o próprio Governo; e, de outro, os trabalhadores informais).

Assim, quando ocorre a discussão entre esses segmentos para realocação dos informais, se analisa que esses possuem certo poder de reivindicação junto à sociedade e ao Estado, em razão de participarem do processo que discute a realocação de suas atividades em um novo espaço alternativo que será criado a partir de investimentos públicos. Esse segmento, então, possui de certa maneira poder político, pois reivindica seus “direitos” perante a sociedade e ao Estado, forçando uma tomada de decisão que envolve inclusive seus interesses.

Portanto, o Setor Informal é um segmento social que possui certo poder político, pois possui a capacidade de exercer pressão sobre a Sociedade, forçando uma transferência de renda a partir do Poder Público, sem a qual seria impossível a sua incorporação ao mercado econômico.

¹¹ Pois se trata de uma problemática que não pode ser combatida com políticas pontuais, já que está vinculada mais a consequências macroeconômicas.

Referências

- ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 4ª. Ed. São Paulo: Boitempo, 2001.
- CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. 7ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- DIEESE, **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2001.
- ESTEVAN, L. **O tempo de transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás**. Goiânia, 1998.
- IBGE. **Economia informal urbana/1997**. Volume 1. Brasil e Grandes Regiões, 1997.
- _____. **Economia informal urbana: Unidades da Federação da Região Centro-Oeste e Município de Goiânia/1997**. Departamento de Emprego e Rendimentos. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.
- JAKOBSEN, K. A. **A dimensão do trabalho informal na América Latina e no Brasil**. In: Mapa do trabalho informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. São Paulo: Perseu Abramo, 2001, p. 13-18.
- LEAL, F. **Neoliberalismo X Desemprego: desafios e perspectivas pastorais**. Goiânia: Ed. UCG, 2000.
- MALAGUTI, M. L. **Crítica à razão informal: a imaterialidade do salariado**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- MATTOSO, J. **O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90**. 2ª. Ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Emprego no Brasil: Diagnóstico de políticas**. Brasília: MTb, Assessoria Especial do Ministro, 1998.
- _____. **Política pública de emprego e renda: Ações do Governo**. Brasília: MTb, Assessoria Especial do Ministro, 1998.
- PROJETO ALAVANCAGEM DO MERCOESTE. **Fase I – Perfil Competitivo de Goiás**. Goiás, julho de 2001.
- SANTOS, M. **O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. (Coleção Ciências Sociais).
- SEDEM, **Análise de Averiguação – Mercado Aberto**. Goiânia, 2005.

SILVA, A. D. **Informalidade**: comportamento do setor informal em Anápolis - GO (1986-2002). Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciências Sociais/FCHF/UFG, 2002, mimeo.

SINGER, P. **Globalização e Desemprego**: diagnóstico e alternativas. 4ª. Ed. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. **O trabalho informal e a luta da classe operária**. In: Mapa do trabalho informal: Perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. São Paulo: Perseu Abramo, 2001, p. 11-13.

SOUSA FILHO, P. G. **Trabalho Informal em Goiânia**: Projeto Mercado Aberto. Dissertação de Mestrado, Departamento de Ciências Sociais/FCHF/UFG, 2005, mimeo.